UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA: ARRANJOS FEDERATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

PROFESSOR: Washington Luís de Sousa Bonfim (2017.1)

CRÉDITOS 02 30 HORAS

EMENTA:

Formação do sistema federativo brasileiro. Economia do setor público e da geografia econômica na provisão de bens e serviços públicos regionais e locais. Arranjo federativo e território. Arranjos federativos e o provimento de bens e serviços públicos para o desenvolvimento regional no Brasil. Federalismo cooperativo definido pela Constituição de 1988 e a competência dos entes federados na provisão de bens e serviços públicos. Arranjos federativos como instrumentos de redução das desigualdades sociais.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

Objetivo Geral:

Apresentar as principais questões contemporâneas sobre a discussão das políticas públicas no Brasil, do ponto de vista do arranjo federativo proposto pela Constituição Federal de 1988 e suas emendas constitucionais posteriores, com foco para as políticas sociais das áreas de educação e saúde.

Objetivos Específicos:

1. Analisar a questão das desigualdades territoriais no federalismo contemporâneo brasileiro;
2. Identificar quais os arranjos fiscais estabelecidos pela Constituição de 1988 para financiamento das políticas públicas no país;
3. Analisar os principais desafios da implementação das políticas sociais de educação e saúde no contexto das divisões de responsabilidade e partilha de recursos do nosso arranjo federal;
4. Discutir o lugar do munícipio, enquanto ente federado autônomo, na execução e financiamento das políticas públicas.

Conteúdo programático:

Aula 1 – Desigualdades territoriais e o arranjo federativo pós – 1988

Aula 2 – Características principais do federalismo fiscal brasileiro e seu impacto no financiamento das políticas públicas

Aula 3 – Constituição de 1988, dignidade da pessoa humana e financiamento das políticas de saúde

Aula 4 – A nova agenda social brasileira: questões e desafios

Aula 5 – Os desafios da política de educação no Brasil: financiamento e dilemas na era do conhecimento

Aula 6 – Os novos desafios das políticas públicas municipais no Brasil: a questão da segurança pública

Aula 7 – Desequilíbrios fiscais, reforma orçamentária e ajuste nas contas públicas

Aula 8 – Revisão de conteúdo e avaliação final.

Bibliografia básica:

ARRETCHE, Marta. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 53, p. 587-620, 2010

AFONSO, José Roberto R., *Federalismo Fiscal Brasileiro: uma visão atualizada.* Escola de Direito de Brasília. Centro de Pesquisas – CEPES, abril/2016

PORTELLA, André Alves & TEIXEIRA, Rafaela Pires. Federalismo Fiscal e Efetividade da Dignidade da Pessoa Humana: Análise da posição do município na estrutura do financiamento público brasileiro e a escassez de recursos para as ações de saúde. *Revista de Direito da Cidade.* Vol. 08, n. 02, pp. 631 – 679

BACHA, Edmar & SCHWARTZMAN, Simon. *Brasil: A Nova Agenda Social*. Gen/LTC, São Paulo, 2011, Introdução e Cap. 7.

SADER, Emir (org.) *O Brasil que Queremos*. UERJ, Laboratório de Políticas Públicas, Rio de Janeiro, 2016, cap. 10.

CORRALO, Giovani da Silva & KEMMERICH, Jonathã. “A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo. *Revista do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo, vol. 10, n.1 2-4, Fev/Mar 2016, pp 128 – 143.

CERQUEIRA, D. et alli,. *Atlas da Violência 2017,* IPEA/ FBSP, Rio de Janeiro, junho de 2017.

REZENDE, Fernando & ALMEIDA, Mansueto. *Desequilíbrios Fiscais, Reforma Orçamentária e Ajuste Estrutural das Contas Públicas.* Junho de 2015, http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17656

AVALIAÇÃO:

Além da exigência da frequência em sala de aula, os alunos serão avaliados por meio de um teste final a ser realizado fora do ambiente de sala de aula, englobando questões relativas ao conteúdo da disciplina, como discutido nos textos da bibliografia básica.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, C. O processo constituinte: sociedade civil e povo na transição. In: GOULART, J.

O. (org.). As múltiplas faces da Constituição cidadã. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

pp. 13-25.

ARRETCHE, M. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Rio de Janeiro:

Fundação Getúlio Vargas; Fiocruz, 2012.

\_\_\_\_\_\_. Continuidades e descontinuidades da federação brasileira: de como 1988 facilitou

1995. Dados, v. 52, n. 2, pp. 377-423. Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

BRANDÃO, L. C. Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-

1988: entre a política institucional e a participação popular. São Paulo. Dissertação de

Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade

de São Paulo, 2011.

ABRUCIO, F. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira.

São Paulo: Hucitec-DCP/USP, 1998.

COELHO, R. Partidos políticos, maiorias parlamentares e tomada de decisão na constituinte.

São Paulo, 291 f. Tese de Doutorado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

CLARK, J. P. The rise of a new federalism: federal-state cooperation in the United States.

New York: Columbia University Press, 1938.

DALLARI, D. A. Elementos de teoria geral do Estado. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DIAS, G. Reformas econômicas: o eixo federativo e as novas coalizões. In: SOLA, L. &

PAULANI, L. (Orgs.). Lições da década de 80. São Paulo: Edusp, 1995.

DEUTSCH, K. et al. Political community in the North Atlantic area. Princeton: Princeton

University Press, 1957.

ELAZAR, D. J. Exploring federalism. Alabama: University of Alabama Press, 1987.

FAORO, R. A República inacabada. COMPARATO, F.K. (org.). São Paulo: Globo, 2007.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GOULART, J. O. Poder local e novas experiências democráticas. Tese de Doutorado em

Ciência Política. São Paulo, 384f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, 2002.

KUGELMAS, E.; SOLA, L. Recentralização/descentralização – dinâmica do regime federativo

no Brasil dos anos 90. Tempo Social, v. 11, n. 2, 2000. pp. 63-81.

LEME, H.C. O federalismo na Constituição de 1988: representação política e a distribuição

de recursos tributários. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

LIMONGI, F. A democracia no Brasil. Novos Estudos, n. 76. São Paulo: Cebrap, 2006. pp.

17-41.

MADISON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. Os artigos federalistas. Nova Fronteira: Rio de

Janeiro, 1993.

NETTO, A. L. B. Competências legislativas dos Estados-membros. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 1999.

PRZEWORSKI, A. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas na Europa

Oriental e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RIKER, W. H. The development of American Federalism. Norwell: Kluwer Academic

Publishers, 1987.

SCHUGARMAN, D.; WHITAKER, R. (Orgs.). Federalism and political community. Toronto:

Broadview, 1989. p. 93-112.

SCOTT, F. R. Essays on Constitution: aspects of Canadian law and politics. Toronto: University of Toronto Press, 1977.

SOUZA, C. Democratización, federalismo y gasto social en el Brasil. In: PARLEMO, Vicente

(Comp.). Política brasileña contemporánea: de Collor a Lula en años de transformación.

Buenos Aires: Instituto Di Tella/Siglo Veintiuno de Argentina Editores,

2003, pp. 155-194.

STEPAN, A. Institutional and partisan veto players in unitary and federal systems. In:

GIBSON, E. (Org.). Federalism and democracy in Latin America. Baltimore: John Hopkins

University Press, 2004. pp. 323-361.

WATTS, R. Federalism, Federal Political Systems and Federations. Annual Review of

Political Science, vol. 1, 1998. p. 117-137.

WEBER, M. As origens do capitalismo moderno. São Paulo: Ática, 2006.